

## Entrevista

Por Mariana Bandeira

José Luís Moreira da Silva, Presidente da Associação das Sociedades de Advogados de Portugal

# “O Governo ainda não percebeu bem que há sociedades que são empresas”

José Luís Moreira da Silva volta a alertar para o regime de transparência fiscal, que não teve alterações no Orçamento do Estado para 2023, e avança que os pacotes de apoio tecnológico aos escritórios de pequena e média dimensão estão a ser negociados.

O presidente da Associação das Sociedades de Advogados de Portugal, José Luís Moreira da Silva, lamenta que o Orçamento do Estado para 2023 não tenha apresentado alterações à carga fiscal dos escritórios e antevê que o próximo ano volte a ser marcado por fusões no mercado. Em entrevista ao Jornal Económico, revela ainda que os pacotes de apoio à digitalização e formação estão a ser ultimados.

Depois da pandemia, a faturação das sociedades de advogados cresceu, mas entretanto eclodiu uma guerra. Qual será o impacto de todo este contexto no volume de negócios dos escritórios este ano? E em 2023?

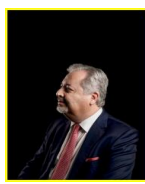
Acho que há perspetivas positivas para as sociedades de advogados. Um défice muito grande que Portugal tinha era a mentalidade de só recorrer a advogados quando as coisas corriam mal e lá íamos todos para tribunal tentar resolver o problema. Isso evoluiu muito. Hoje, cada vez mais se aposta na prevenção do conflito e faz intervir os advogados numa fase mais cedo, senão mesmo no início ou até antes do início, aconselhando logo o cliente na estruturação do negócio para evitar litígios e outras situações menos boas para o crescimento das empresas.

“**Estou convencido de que haverá mais fusões no próximo ano. Se pensarmos no mercado dos países de língua portuguesa é um movimento que ainda permite um crescimento maior”**

Estima-se que 2023, um ano ainda incerto, que se mantenha o que foi o ano de 2022. Tem havido uma grande discussão sobre isso. Nos últimos anos, e não foi só com a pandemia, já se discutiam essas matérias. Por exemplo, as instalações e o regime híbrido de trabalho levaram a que a pressão sobre o crescimento dos escritórios fosse menor. As novas tecnologias, apesar do grande investimento, também permitem poupanças grandes e corte de custos. Depois, as novas ferramentas das empresas que foram trazidas para a gestão das sociedades de advogados. Tudo junto permite maior racionalidade. Nos últimos cinco anos, verifica-se uma clara tendência de agregação de sociedades de advogados – tivemos um recente movimento desses [Cuatrecasas e Serra Lopes] – e com isso nós perdemos alguns associados, mas crescem as sociedades associadas que temos. Por outro lado, há algumas cidades novas que se têm vindo a constituir e que se juntam.

Há de facto sociedades a nascer em Portugal?

Há. Há colegas novos que têm criado sociedades de advogados, de vez em quando com estas junções. Há sempre alguns colegas que não se sentem representados na nova estrutura e que criam uma so-





cidade nova. Recentemente, fizemos o terceiro grande inquérito às sociedades de advogados - em mandatos anteriores tinham sido feitos dois, por isso foi o terceiro em 20 anos - e nota-se a diferença entre o anterior, de 2013. O número de advogados, o volume de faturação e as próprias estruturas das sociedades aumentaram exponencialmente. Essa é talvez a uma das grandes questões que temos hoje em cima da mesa junto da OA, mas especialmente do Governo: explicar esta alteração das sociedades face ao que eram.

#### O Governo ainda não percebeu que as sociedades são empresas?

Ainda não percebeu bem. É algo que demora sempre um bocadinho a perceber, principalmente quando lidamos com uma área do Governo muito conservadora, a fiscal.

#### Mais um Orçamento do Estado sem alterações...

Sim, mais um Orçamento e não aconteceu aquilo que andamos a pedir há quatro anos ou mais, quando se apresentou uma proposta estruturada ao Governo, antes de eu tomar posse, com o apoio da OA. O fundamental é perceber-se que as sociedades evoluíram muito desde 1979. Algumas delas, não todas, enveredaram por um caminho empresarial. Já não são meramente sociedades de repartição de custos e de receitas porque as necessidades dos clientes, vez mais sofisticados, fazem-nas evoluir. A estrutura de custos também é muito diferente, com os seus business services (serviços de TI, Inteligência Artificial, business development, marketing, recursos humanos e formação).

#### Mas acredita que o regime fiscal vai mudar em breve?

Tenho esperança de que aconteça muito em breve. Infelizmente, talvez não da melhor forma. Ou seja, o Governo tem cismado nos últimos anos em ligar duas





## Entrevista

“  
Após agregações de sociedades há alguns advogados que não se sentem representados na nova estrutura e que criam uma sociedade”

coisas que não estão forçosamente ligadas, com o intuito político de regimentar atrás de si algum apoio na constituição das sociedades multiprofissionais, que é uma exigência da União Europeia, já existe noutras jurisdições, desde em Espanha e França, e agora com maioria absoluta quase certeza que vai acontecer. O Governo tem dito que quando houver sociedades multiprofissionais a questão do regime fiscal fica automaticamente resolvida. Essa é a dúvida. Há duas semanas tivemos essa discussão no 11º encontro da ASAP no Centro Cultural de Belém, onde ouvimos duas deputadas, uma do PS e outra do PSD, e um fiscalista. A questão foi colocada com alguns receios, porque não havia necessidade de fazer isto desta forma. Acho que as sociedades de advogados por si só mereciam o cumprimento daquilo que é o que está nos Estatutos da OA. É tudo um pouco estranho, porque o estatuto é aprovado por uma lei da Assembleia da República, a lei da Assembleia da República diz que o regime fiscal das sociedades é o regime comercial, o Código do IRC, mas depois o Código do IRC remete-nos para o Código do IRS. Há aqui incompatibilidades que deviam há muito tempo ter sido resolvidos. Devo sempre dizer isto: há muitas associadas nossas com menor dimensão cujo regime

atual ainda é benéfico, por isso é que sempre defendemos uma opção pelo regime do IRC e não uma obrigatoriedade.

Referiu os movimentos de concentração nas sociedades. Teremos mais um ano de fusões?

Estou convencido de que sim. As maiores sociedades de advogados estão a rondar os 300 advogados mais os colaboradores. Se pensarmos que temos um mercado potencial que está cada vez a investir mais – e se o regime fiscal o permitisse, ainda se investia mais e criava-se mais postos de trabalho –, o dos países de língua portuguesa é um movimento que ainda permite um crescimento maior. As sociedades de advogados têm uma exigência de investimento que não é suportável por uma de média dimensão. Todas as grandes empresas nossas clientes têm sistemas de cibersegurança que custam às vezes centenas de milhares de euros e novos softwares e pedem às sociedades de advogados para acompanhar. É um investimento grande mesmo a nível de formação.

No ano passado, disse que a ASAP estava a ponderar comprar ou desenvolver software para ajudar as sociedades com menor poder de compra. Como está esse plano?

Temos estado a falar com vários prestadores de serviços para ter um pacote que seja acessível a sociedades médias ou pequenas. Ou seja, permitindo que estas novas tecnologias não sejam apenas acessíveis às maiores. São softwares muito específicos, desenvolvidos por entidades diferentes, alguns dos quais estão numa fase de adaptação à língua portuguesa e ainda requerem investimentos muito grandes, mas chegaremos a uma fase em que é possível democratizar esse acesso, pelo menos, o básico, e permitir um avanço às sociedades de advogados portuguesas. Ainda estamos a estruturar esses pacotes [de tecnologia] e os pacotes de formação à medida. Temos isso tudo para lançar no próximo mandato.



ID: 102389070

25-11-2022 | Quem é Quem na Advocacia de Negócio.

